

ZONA CULTURAL PRAÇA DA ESTAÇÃO - CULTURA COMO ISCA DA GENTRIFICAÇÃO: DESAFIOS PARA UMA GESTÃO PÚBLICA DA CIDADE PARA O CIDADÃO

Caroline Craveiro

PUC-MG, Fundação Municipal de Cultura BH, carolinecraveiro@yahoo.com.br

RESUMO

Este artigo apresenta uma reflexão sobre a definição da Zona Cultural Praça da Estação, em Belo Horizonte, pelo poder público por meio do decreto 15.587/2014, bem como das implicações para a gestão urbana. Busca ressaltar os sentidos e vivências já impressas no lugar, os conflitos e interesses dispostos no seu uso e ocupação por diferentes atores e dinâmicas além da identificação da cultura como isca para projetos que podem promover a gentrificação nos chamados projetos de revitalização e requalificação urbana. A instituição da Zona Cultural resultou na constituição de um conselho específico e na proposição de elaboração de um plano diretor participativo para a área – instrumentos para garantir a participação social e reduzir os imperativos do mercado.

PALAVRAS-CHAVE: Cultura. Gentrificação. Gestão Urbana

INTRODUÇÃO

A área objeto deste artigo corresponde àquela definida pelo Decreto nº 15.587/2014, como Zona Cultural Praça da Estação. Contextualiza-se a constituição da Zona Cultural a partir do embate decorrente de leis que buscaram restringir o uso da Praça da Estação e que suscitaram a reação de movimentos culturais frente às demandas de ampliação da participação social nos processos decisórios sobre a área. Além disso, consideram-se os já iniciados, desde final dos anos 80 e 90, projetos de revitalização e requalificação do centro de Belo Horizonte, a partir do Programa Centro Vivo, elaborados à luz de modelos internacionais de requalificação urbana que resultam em formas de apropriação do espaço pelo mercado, ações gentrificadoras e higienistas e baseiam-se num urbanismo de *city marketing*, buscando ressaltar vocações turísticas a partir do resgate de valores histórico-culturais e do patrimônio. Tais políticas de revitalização apropriam-se culturalmente das imagens da cidade, buscam atribuir novos sentidos para o passado e podem possuir caráter segregador e higienizador. No entanto,

ainda que este caráter tenda a esvaziar o sentido público destes espaços, podem gerar também ações que os reativem como públicos, a partir de seus usos e contra-usos. Segundo Jayme e Neves (2010), a desapropriação de sujeitos dos locais revitalizados pode corresponder à reapropriação destes espaços por outros sujeitos que alteram a paisagem e lhe conferem outros sentidos, não atendendo à uma reordenação lógica dentro do que foi planejado pela política pública. Assim, as formas cotidianas de (re)apropriação dos espaços publicizam e politizam as diferenças, atribuindo sentidos a tais espaços e qualificando-os como públicos. A reabilitação das áreas centrais é acompanhada pelo pressuposto da preservação do patrimônio cultural nos centros urbanos e associada à qualidade de vida, à apropriação democrática e ao intercruzamento de políticas de meio ambiente, habitacionais, transporte público e sustentabilidade econômica (Arroyo, 2003). Os modelos chamados de Planos Estratégicos são os mais criticados em relação à tendência à mercantilização da cultura nos projetos de reabilitação urbana. A maioria destes projetos, a partir de concepções e metodologias distanciadas do diálogo com outras políticas, promovem consequente gentrificação das áreas centrais revitalizadas e sua privatização. A abordagem culturalista da cidade, através de políticas de *image-marking* fortalece o reencontro entre Cultura e Capital e neste, a Cultura é utilizada como uma isca para formulação de políticas urbanas de matriz identitária que, estrategicamente planejadas, conformam-se num escopo que assume caráter de gerenciamento assumidamente empresarial e funda um urbanismo no qual há a convergência de governantes, burocratas e urbanistas (urbanistas-empresendedores) (Arantes, 2000). Conformam-se assim, no contexto das intervenções urbanas, estruturas mercadológicas que convertem a cidade em mercadoria e a inclui nos cenários e imperativos da *sociedade do espetáculo*, de Guy Debord (1931). A Cultura, portanto, é tomada como isca nas alegações do comando econômico para proposições urbanísticas e pelo culturalismo empresarial.

PRAÇA DA ESTAÇÃO – INTERVENÇÕES DO PODER PÚBLICO

A Praça da Estação está situada no centro de Belo Horizonte. Destaca-se por estar no entorno da Estação Ferroviária que foi erguida em 1904 e era a porta de chegada para materiais, equipamentos e pessoas à nova capital mineira. Deste o início, possuía uma dinâmica significativa, com comércio, sede de indústrias, concentração de

hotéis e pensões. Ao longo do tempo, sofreu alterações com a construção de uma nova estação (1922), a instalação da fonte luminosa Independência (1936) e outras decorrentes do processo de modernização e crescimento urbano. Em 2005, foi fundado o Museu de Artes e Ofícios (MAO) no prédio da Estação Central, com o propósito de preservação da memória do trabalho e das relações sociais. Em 2012, a PBH criou o projeto *Corredor Cultural Praça da Estação*, com o objetivo de potencializar o caráter cultural da área, onde existem diversos equipamentos, espaços, movimentos e práticas culturais e artísticas. Foi realizado um inventário da região e constituída uma comissão com participação da sociedade civil para a identificação das edificações, usos e atividades desenvolvidas, bem como o estabelecimento de diretrizes para os projetos de intervenção. Em 2014, foi publicado o Decreto nº 15.587/2014 que instituiu a Zona Cultural Praça da Estação e definiu como objetivos da Zona Cultural Praça da Estação fomentar a diversidade, preservar e promover o conjunto arquitetônico, histórico e paisagístico, fomentar atividades culturais, artísticas de lazer e entretenimento, integrar a comunidade local e o público visitante, fomentar o uso do espaço público mediante atividades compatíveis com os demais objetivos. Atribuiu ao poder público a ação de promover e incentivar a realização de eventos, atividades e programas culturais, de caráter eventual ou permanente na área delimitada, além de criar o Conselho Consultivo da Zona Cultural Praça da Estação.

ZONA CULTURAL PRAÇA DA ESTAÇÃO – O LUGAR ALÉM DO PAPEL

A instituição da Zona Cultural Praça da Estação por meio de uma normativa conformou-se na delimitação de um lugar já vívido dos valores e práticas culturais. O lugar já é ocupado e vivenciado por diferentes grupos, tendo impressos no cotidiano usos e contra-usos decorrentes de movimentos culturais e políticos que reconhecem na Praça da Estação o lugar da resistência contra formas opressoras do uso do espaço público e de políticas que ameaçam o direito à cidade. As reformas definidas e propostas à Zona Cultural Praça da Estação convergem para o uso e ocupação do espaço pela Cultura, em suas diferentes vertentes e por grupos distintos, fortalecendo a identidade do lugar como lugar de realização de encontros e eventos diferentes, que abarcam desde a cultura hip hop, ao movimento do Samba, aos eventos institucionais, de igrejas, encontros de categorias de classe, a exemplo das assembleias dos servidores



municipais, às manifestações espontâneas como o Movimento Praia da Estação, blocos de carnaval, dentre outros, em meio a um conjunto de comércio e serviços populares, no Edifício Central, à dinâmica de mobilidade decorrente da presença do metrô e de linhas do MOVE, além da existência do Museu de Artes e Ofícios e do ainda não inaugurado Centro de Referência da Juventude. A vocação para a ocupação e uso pela Cultura do local encontra-se na encruzilhada dos interesses pautados de um lado pelo poder público, de outro pelos interesses do capital privado e de outro pelo interesse público expresso por diferentes grupos da sociedade civil. O poder público, a partir da formulação de políticas urbanísticas que aliam-se a pressupostos de requalificação dos espaços que servem aos interesses do mercado e dos empreendedores urbanísticos, enquanto, pouco atende às demandas imediatas dos grupos que já ocupam e se realizam cultural e artisticamente na área. O tempo e a conveniência aparecem como fatores que orientam os processos decisórios relativos aos projetos pretendidos para a Zona Cultural, ora adiantando mecanismos que viabilizam obras e intervenções, ora retardando resoluções e modificações já pautadas e encaminhadas pelas audiências públicas. Além disso, a sobreposição de poderes e autoridades, propriedades e legislações na área, criam um mosaico entre entes federados e suas instituições, gerando ruídos entre as pretensões locais, estaduais e federais para a área. Os órgãos de proteção do Patrimônio exigem que as prerrogativas da legislação sejam consolidadas em práticas e medidas responsáveis, juntamente, com apelos de maior flexibilidade do uso por movimentos e produtores culturais. O comércio local também aponta para a necessidade de resolução de problemas que, segundo eles, afugenta o público e a permanência das pessoas no local e estimulam a permanência de públicos por eles considerados não atrativos. Há, portanto, o embate de interesses múltiplos que enxergam na região, suas limitações, potencialidades, desafios e criam expectativas de fruição artístico-culturais, de geração de emprego e renda, de promoção do patrimônio e memória e de coexistência da diversidade. Há, pela leitura dos documentos elaborados nos últimos anos, a partir das reuniões públicas sobre a Zona Cultural Praça da Estação, as expectativas de um lugar de convergência de identidades. Não de uma única identidade, mas de um ponto no qual a cidade possa se reconhecer múltipla e diversa, e, também, desigual. Um ponto onde a Cidade possa se ver refletida pelas manifestações

de suas culturas. No entanto, a atuação do poder público, através de intervenções urbanísticas, ordenamentos burocráticos é vista com desconfiança e críticas posto o risco de alinhamento destas ações com imperativos mercadológicos que convergem a cidade e a imagem da cidade, portanto, deste lugar, em mais um produto.

PROJETOS DE REQUALIFICAÇÃO URBANA E A GENTRIFICAÇÃO

A gentrificação é considerada uma finalidade das proposições urbanísticas propostas pelo poder público por movimentos que se opõem ao discurso oficial sobre a Zona Cultural Praça da Estação. As intervenções urbanas, com investimento de recursos públicos, muitas vezes, em parceria com o capital privado, promovem alterações no valor de troca dos espaços e implicam numa valorização monetária dos imóveis ali inseridos, o que leva à alteração dos grupos que ali passam a residir e usufruir, levando também ao aumento do custo de vida encontrado (preço de aluguel, alimentação, serviços, etc.), que conseqüentemente, expulsa os grupos que não possuem condições financeiras de permanecer. Segundo Neil Smith, entre o início dos anos 1970 até o início do século XXI, surgiu um novo urbanismo no qual a gentrificação apresenta uma dimensão central. Neste processo, incorporam-se o propósito de revitalização e a conservação do patrimônio cultural a partir de políticas que segmentam e disciplinam certos espaços para lazer, turismo, entretenimento e consumo. Leite (2011) Há no processo de gentrificação, uma transformação dos significados de uma localidade histórica em um mais um segmento do mercado. A realocação estética do passado, dentro de um padrão que se torne consumível, é a lógica destas políticas urbanísticas. No entanto, para Leite (2011), este processo instaura um cenário de disputa por um espaço de visibilidade pública fragmentado e plural, revelando, de forma mais clara, como se dá a construção de territorialidades nas ruas, praças e que demarcam fronteiras identitárias. E ainda que se pretenda a criação de *enclaves fortificados* à parte da cidade, o sentido público do espaço, dado pela disputa de práticas e símbolos sobre o direito de estar na cidade, ocupar seus espaços, traçar itinerários, pertencer, identificar-se, não é suplantado. No entanto, quando a dimensão do consumo é aderida à concepção de cidadania, por políticas urbanas gentrificadoras, a fragmentação e a segregação no território da cidade se reforçam e tornam estes centros históricos em *enclaves* e cenários deslocados. As práticas de gentrificação se dão pela articulação da dimensão do

consumo à tradição e ao patrimônio, com destaque para centros históricos concebidos como lugares de convergência do passado e da identidade, e pela intervenção urbana como forma de recuperar este *espaço público* para o lazer, o entretenimento, o consumo (Leite, 2011). Este processo está inserido num ordenamento do capital pela globalização, assumindo-se, por alguns autores, uma vertente economicista clara, tal como apontado por Neil Smith. E também apresenta-se numa vertente culturalista, como descrevem David Ley e Sharon Zukin a partir da ênfase nos agentes que se instauram no processo e não exclusivamente na atuação do capital. Há, segundo Rubino (2009), uma tensão entre a *estrutura* dada pela vertente economicista e a *agência* inscrita pelas ações e agentes culturais. Neste contexto, a gentrificação seria uma modalidade contemporânea de higienismo que se ofusca no discurso de apreço à cidade. Também é importante ressaltar que a gentrificação não se limita apenas ao aspecto residencial (com saída da classe trabalhadora e a chegada da classe média) ao local requalificado, ressignificado. Este processo também pode ocorrer com a alteração dos locais e padrões de consumo. Van Criekingen (2006) distingue a gentrificação residencial, a de consumo e a gentrificação marginal. Esta última, é um processo no qual os bairros centrais são ocupados por população jovem, com alta escolaridade e mais abastada, que possuem um capital cultural que norteia suas escolhas e classificações (Rubim, 2009). A Cultura, incorporada às propostas de intervenção urbana de requalificação, revitalização e derivados, é vista por Botelho (2005), como um conteúdo diferenciador destas experiências de revitalização e tornou-se a principal estratégia dos projetos. A necessidade de ser criar e fortalecer a imagem da cidade ou de recortes específicos desta cidade a partir dos valores culturais, identidade, patrimônio foram inseridos às estratégias do planejamento urbano, com base no marketing urbano a fim de se potencializar a arquitetura e cultura do espetáculo. Hoffman (2014) explana sobre o papel dos museus, concebidos como espaços públicos, nas operações de revitalização urbana, destacando a problemática inerente a este processo e a decorrente gentrificação. O autor analisa a revitalização da Praça da Estação a partir da implantação do Museu de Artes e Ofícios (MAO) e busca identificar a capacidade de atuar como mola propulsora do processo de recuperação do centro histórico e da criação de um “distrito cultural”. Para Vaz (2004), um distrito cultural corresponde a uma área espacialmente distinta e

limitada que contém alta concentração de ofertas culturais. Para Hoffman, neste contexto de mercantilização cultural há a instauração de um processo de elitização do espaço e gentrificação. Os museus, atualmente, são concebidos a partir de novas práticas e teorias, que lhes atribuem uma função social e um papel transformador e por tais premissas, estes são incorporados nos processos de revitalização urbana como polos cuja capacidade de atração e simbolismo atendem às proposições do planejamento urbano, como catalisadores de simbologias, traduzindo a imagem da cidade, assim como a capacidade de estimular a aglomeração de equipamentos e outros espaços culturais, além de serviços e comércios (bares, restaurantes, livrarias, etc.). No caso da Praça da Estação, observou-se que, por se não se tratar de uma área com significada função residencial, a revitalização provocou uma alteração dos usos, mas não modificou o padrão residencial, levando-se como foco para sua análise a gentrificação de consumo e frequência e não a residencial. Para Hoffman, houve a alteração da forma como a Praça da Estação foi apropriada por novos grupos sociais, implicando em aumento de policiamento, mas não alterando o perfil dos transeuntes e ocupantes do local (moradores de rua, trabalhadores, famílias, casais de namorados, etc.). Ele também ressalta que a Praça da Estação continua a acolher eventos de caráter variado, com grande concentração popular e que, *a priori*, não é possível afirmar que houve um processo de segregação e elitização do espaço. Durante os debates sobre o projeto Corredor Cultural Praça da Estação, o embate entre interesses dos comerciantes e da população em situação de rua revelou os graus e densidades dos conflitos cotidianos entre estes grupos no local. Para os comerciantes, a proposta da revitalização e da constituição de uma centralidade cultural e turística na região é a possibilidade de ampliação da atividade comercial e de serviços. Concordam e reforçam as propostas de intervenção que visam a valorização da área no sentido cultural e econômico. Em muitos depoimentos, os comerciantes veem na população em situação de risco, um fator de desvalorização do lugar e repulsão dos clientes. Já a representação da população de rua revelou a complexidade inerente a este grupo, dada a diversidade de histórias de vida, perspectivas, posturas frente às mudanças, vínculos sociais e familiares desfigurados, indicando que o contexto deste grupo requer muito além de uma política urbanística ou cultural, de ações efetivas de transformação de estruturas econômicas e



sociais, de escala que extrapola o local e que se vincula a sistemas mais amplos. Não apenas na Praça da Estação, mas em todo o conjunto paisagístico e arquitetônico da Praça Rui Barbosa, diversos atores sociais conseguem reverter tendências ao processo de gentrificação quando se apropriam do mesmo, a exemplo de encontros e eventos variados, como o Duelo de MCs, o Quarteirão Eletrônico, Praia da Estação e outros movimentos (Hoffman, 2014). Pela maneira como foi conduzido, pelas características da região e pelos desdobramentos do processo, a requalificação da Praça da Estação em consonância com a implantação do MAO não produziu uma gentrificação, *se constituindo, pelo contrário, como um espaço fértil e auto-organizado, com uma multiplicidade de manifestações e grupos culturais.* (Hoffman, 2014, p. 556). Porém, é importante que a sociedade civil acompanhe e questione as propostas de intervenção e se faça presente nas instâncias deliberativas sobre estes e nas instâncias de contestação também. Para além da atuação institucionalizada para questionar dada pela definição de decretos, conselhos e planos diretores, o lugar abriga e é habitado por dinâmicas e ações que, cotidianamente, reforçam o seu caráter de pluralidade, diversidade e também de subversões e transgressões. É o cotidiano da Zona Cultural Praça da Estação que fortalece sua identidade fundante na convergência de tempos pretéritos da cidade e de tempos atuais, de perspectivas culturais e artísticas múltiplas, da vivência trabalhadora e do ócio contemplativo, das desigualdades da sociedade em múltiplos olhares para a Estação. As idas e vindas de uns, as permanências de outros. O tempo de quem passa e o tempo de quem adormece ali. As políticas urbanas de revitalização para áreas como a Praça da Estação e projetos específicos como a Zona Cultural Praça da Estação exigem a aproximação destes contextos e a arqueologia de seus sentidos. Este lugar é, então, traduzido como paisagem em cartões-postais, em territórios para domínios diversos, em espaços para versões econômicas e para disputas políticas, enfim, é um lugar cuja faturação revela sua multiplicidade. No entanto, cabe ressaltar, que na arena pública urbana, há diferentes forças, umas mais fortes que outras, subjugadas aos imperativos do processo de reprodução do capital. Assim, as decisões políticas relativas às formas de uso e ocupação dos espaços, que incluem a significação destes e seus potenciais e funções, não se desassociam da lógica mercadológica e estão sempre envolvidas pela atmosfera econômica. Os movimentos de resistência à gentrificação, por vezes,

conseguem retardar ações pontuais e minimizar impactos, e confirma que a presença e a ocupação são as principais estratégias para a manutenção do caráter público dos espaços urbanos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao buscar reconhecer a Cultura como isca para a gentrificação no caso da Zona Cultural Praça da Estação, o estudo revelou como a Cultura pode ser assimilada por projetos de revitalização urbana que resultam em processos de gentrificação. A gentrificação pode se dar no âmbito residencial, o que ainda não é observado na área da Praça da Estação, mas pode também ocorrer no âmbito dos usos e da frequência, modificando os grupos sociais que passam a usufruir da área. Percebemos que, a partir da revitalização da Praça da Estação, muitos questionamentos foram feitos sobre perspectivas e motivações das intervenções, bem como da forma como o cidadão está incluído no processo. Verificou-se o debate, o reconhecimento da vocação cultural da área e a discussão dos modos de sua efetivação e fortalecimento, assim como os instrumentos de garantia para a coexistência da diversidade cultural e do convívio de diferentes. Houve a constituição de um conselho consultivo voltado para a elaboração de um plano diretor participativo para a Zona Cultural, bem como a articulação deste com outros documentos que ordenam o uso do espaço público da cidade. A forma de resistência de vários grupos e movimentos sociais e culturais às intervenções na Zona Cultural Praça da Estação se dá pela ocupação, estratégia de presença e permanência. Há, mesmo em correntes de resistência riscos de espetacularização pela apropriação estética do *urbanismo hipster* pela apropriação de formas e discursos e criam produtos de consumo associados a áreas marginais e degradadas. Não a conformação de uma única proposta, dada a multiplicidade de interesses. Há o questionamento do limite de intervenção pelo poder público, da capacidade de fomentar as diversas manifestações culturais e artísticas situadas no local, de garantir a segurança e a proteção a todos os que residem, transitam e usufruem e de como o interesse público será construído a partir de deliberações junto à sociedade civil – complexa, diversa e desigual, e não por definição unilateral de grupos do poder. Os desafios colocados para a gestão pública deste espaço urbano desdobram-se em várias áreas e políticas, não se limitando à Cultura e ao Planejamento Urbano, mas reverberando necessariamente nas agendas das

Políticas Sociais e de Desenvolvimento, exigindo, cada vez, mais um trabalho conjunto e articulado, que inclusive, não se encerra na gestão municipal, mas dialoga com os entes estadual e federal. Na soma de diferentes olhares sobre a Zona Cultural Praça da Estação, revelam-se divergências ideológicas, conceituais e metodológicas da forma de usar e se apropriar do espaço urbano, os interesses comuns e opostos entre grupos da própria sociedade civil e seus múltiplos sentidos de pertencimento conferidos ao lugar, os distintos graus de envolvimento das pastas públicas em relação ao local, dada a fragmentação das agendas públicas e seu loteamento por grupos políticos distintos no âmbito da administração pública, além de revelar a necessidade de mecanismos mais eficientes de comunicação e divulgação das ações públicas, das decisões e gastos públicos, da interlocução do executivo com o legislativo, e de outras dimensões administrativas que impactam nas formas como o espaço urbano é gerido e como é vivido pelo cidadão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARANTES, OTÍLIA. Uma estratégia fatal: a cultura nas novas gestões urbanas in: arantes, o.; vainer, c.; maricato, e. (org). A cidade do pensamento único. Petrópolis: vozes, 2000, (11-73p.)
- ARROYO, Michele Abreu. Reabilitação Urbana Integrada e a Centralidade da Praça da Estação. In. XI Congresso Brasileiro de Sociologia - 1a5 de setembro de 2003, UNICAMP, Campinas, SP.
- BOTELHO, T. R. (2005). Revitalização de centros urbanos no Brasil: uma análise comparativa das experiências de Vitória, Fortaleza e São Luís. Revista Eure. Santiago do Chile, v. XXI, n. 93, pp. 53-71.
- CRUZ, Ramon Coelho da., ASCENÇÃO, Valéria de Oliveira Roque. OS (RE) USOS EM ESPAÇOS REVITALIZADOS NA REGIÃO CENTRO-SUL DE BELO HORIZONTE. In ANAIS XVI ENCONTRO NACIONAL DOS GEOGRAFOS 2010 - Realizado de 25 a 31 de julho de 2010. Porto Alegre - RS, 2010. ISBN 978-85-99907-02-3



FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA - RELATÓRIO COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO -ZONA CULTURAL PRAÇA DA ESTAÇÃO , 2014 – manuscrito

HOFFMAN, Felipe. Museus e revitalização urbana: o Museu de Artes e Ofícios e a Praça da Estação em Belo Horizonte. Cad. Metrópole, São Paulo, v.16, n 32, novembro/2014

JAYME, Juliana G., NEVES, Magda. de A. Cidade e espaço público: política de revitalização urbana em Belo Horizonte. Caderno CRH, Salvador, v. 23. N. 60, set/dez. 2007

JAYME, Juliana. TREVISAN, Eveline. Intervenções urbanas, usos e ocupações de espaços na região central de Belo Horizonte. Civitas, Porto Alegre, v. 12, n. 2, maio/ago, 2012.

LEITE, Rogério. P. Contra-usos e espaço público: notas sobre a construção social dos lugares na Manguetown. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 17, n. 49, p.115-172, jun.2002. LEITE, Rogério. P. Patrimônio e consumo cultural em cidades enobrecidas. Sociedade e Cultura, v. 8, n. 2, p. 79-89, jul/dez. 2005.

LEITE, Rogério. P. Cidades, consumo e enobrecimento urbano no Brasil e em Portugal. Latin American Studies Association - LASA, Rio de Janeiro, jun. 2009. Disponível em: <http://lasa.international.pitt.edu/members/congresspapers/lasa2009/files/ProencaRogérioLeite.pdf>. Acesso em: 07/07/2011.

RUBINO, Silvana, 2009, "Enobrecimento Urbano", in Carlos Fortuna e Rogério Proença Leite (Orgs.), Plural de cidade: novos léxicos urbanos. Coimbra, Almedina, 2009